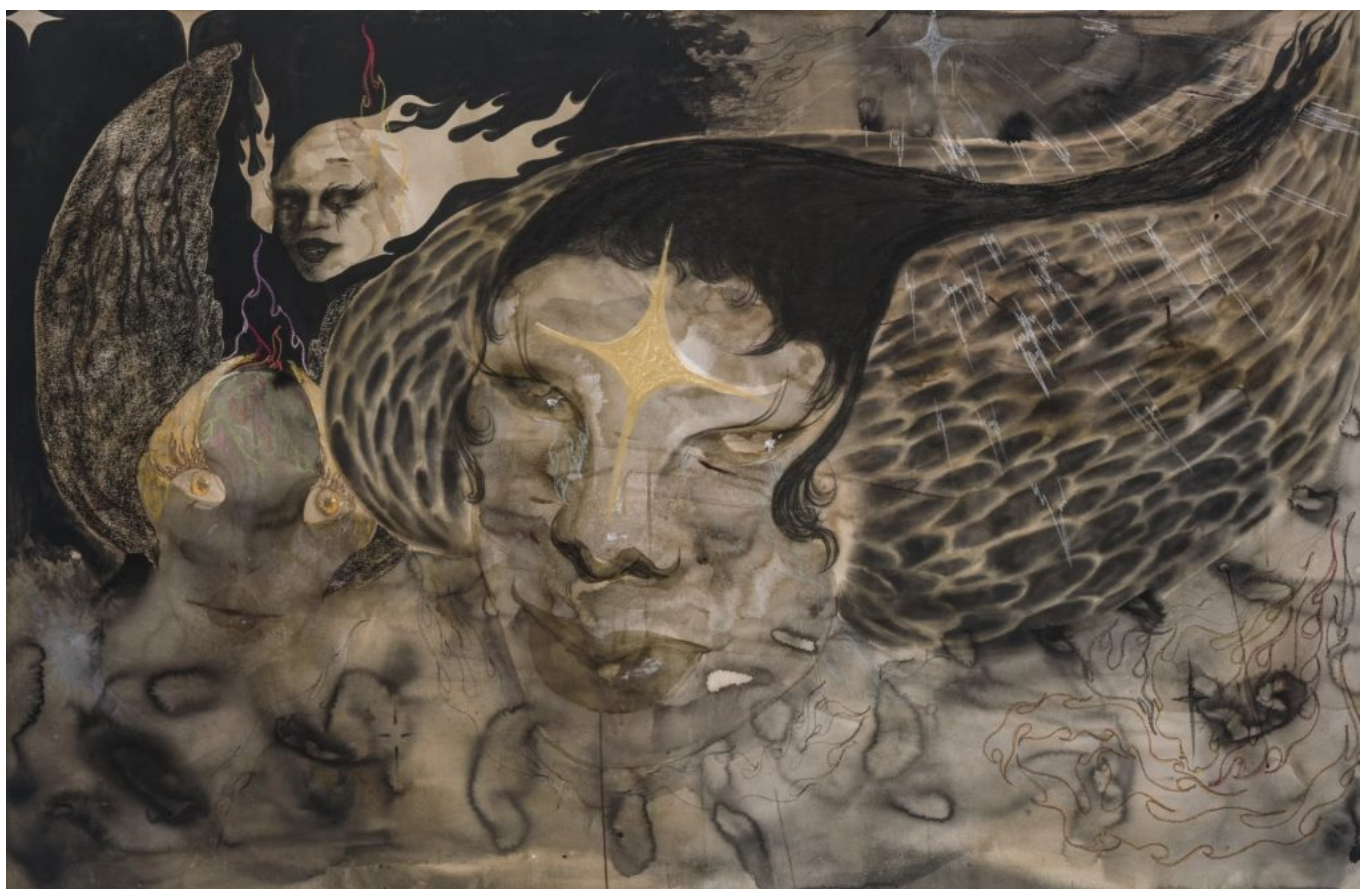


As raízes do capitalismo passam pela escravidão | Carta semanal 34 (2026)



Naudline Pierre (Haiti), *Isto eu sei ser verdade*, 2023.

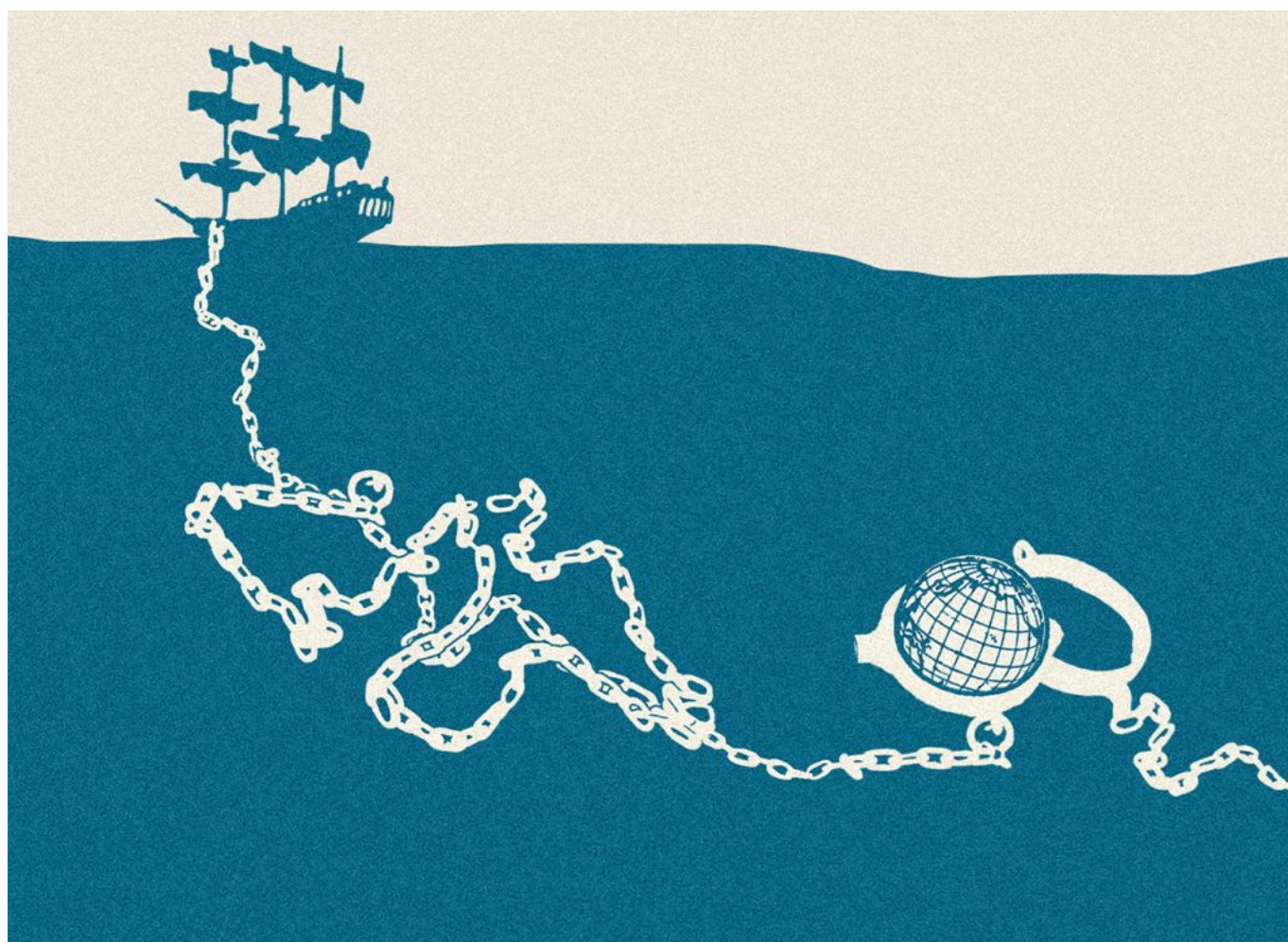
Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

Há um certo conforto nas histórias que os impérios contam sobre si mesmos. Nessas histórias, o capitalismo aparece como o florescimento natural do engenho europeu – produto da razão, da descoberta científica, da inovação tecnológica e do esforço de indivíduos industriais. O colonialismo e a escravidão, quando mencionados, são tratados como episódios lamentáveis ao lado de uma marcha triunfal rumo à modernidade.

Nosso estudo mais recente, *As raízes do capitalismo: escravidão e o comércio de açúcar* (agosto de 2026), de Prabir

Purkayastha, nos convida a abandonar essa mitologia reconfortante. O estudo inaugura nossa nova série, Estudos sobre Materialismo Histórico, que examinará a formação do mundo moderno, colocando a dialética entre imperialismo e lutas de libertação nacional no centro desse processo. Grande parte do estudo foi escrita durante os 225 dias em que Prabir esteve preso na Cadeia Central de Rohini, em Delhi, Índia, de outubro de 2023 a maio de 2024. Ele havia sido preso ilegalmente pelo governo indiano como parte de uma repressão mais ampla à liberdade de imprensa e às vozes progressistas. Enquanto estava na prisão, pedaços de papel trocados durante as visitas se tornaram o início desta história do açúcar, da escravidão e do capitalismo. Há algo que se encaixa nisso tudo: um estudo sobre sistemas de confinamento e exploração escrito sob condições de confinamento por um intelecto que se recusou a ser confinado.



No centro do estudo está o açúcar, uma das grandes mercadorias psicoativas da era colonial que – juntamente com o álcool, o chocolate, o café, o ópio, o chá e o tabaco – impulsionou a Revolução Industrial. Antes de o açúcar se tornar um item comum nas mesas dos trabalhadores europeus, era um luxo consumido por reis e aristocratas. Sua transformação em um produto de consumo em massa exigiu mais do que uma mudança de gosto. Exigiu a apropriação de terras, a destruição de sociedades indígenas e a violenta mercantilização de seres humanos: africanos capturados, transportados pelo Atlântico e vendidos a proprietários de plantações como trabalhadores escravizados. O açúcar foi uma das primeiras mercadorias verdadeiramente globais, e sua transformação em tal mercadoria exigiu a construção de um imenso aparato comercial e financeiro que ligava a África, as Américas, a Ásia e a Europa.

A escala da violência colonial foi espantosa. Pelo menos dez milhões de africanos escravizados desembarcaram nas Américas e no Caribe. Se incluirmos aqueles que morreram durante a captura, as marchas forçadas, a detenção e a Passagem do Meio (a travessia forçada do Atlântico da África para as Américas), o número total de africanos capturados para o comércio transatlântico provavelmente ficou entre 14 e 20 milhões. Enquanto as populações da Ásia e da Europa cresceram enormemente entre os séculos XVII e XIX, a população da África estagnou e, em muitas regiões, diminuiu. Essa catástrofe não foi uma consequência acidental do comércio. Ela foi produzida pelo que o estudo chama de “nexo arma-escravo-dinheiro”: armas de fogo e pólvora europeias eram trocadas por africanos cativos, cuja venda gerava os lucros que reproduziam o sistema.



Osmond Watson (Jamaica), *Vida na cidade*, 1968.

O sistema de *plantation* construído para organizar e explorar essa mão de obra não era um resquício de um mundo pré-capitalista. Era um dos laboratórios da modernidade capitalista. Na *plantation* de cana-de-açúcar, o cultivo e o processamento industrial eram integrados em um único regime de trabalho no local. A cana tinha que ser cortada, transportada, moída, fervida e cristalizada de acordo com um cronograma rígido. Os escravizados eram organizados em grupos, divididos por idade e capacidade física, e submetidos a jornadas de

trabalho que podiam durar de 18 a 20 horas durante a colheita. Os administradores da plantação mantinham registros meticulosos, calculavam a produtividade, comparavam a subsistência com os custos de reposição e tratavam os seres humanos como capital fixo – como máquinas a serem exploradas e substituídas. A plantação era, como escreveu o antropólogo americano Sidney Mintz, uma “síntese do campo e da fábrica”. Seus cálculos de tempo e movimento prefiguraram os sistemas de gestão posteriormente associados ao ambiente de trabalho industrial moderno.

As refinarias de açúcar de Londres, Bristol, Glasgow e Liverpool estavam entre os primeiros locais de trabalho semelhantes a fábricas na Grã-Bretanha. Ao redor delas, desenvolveram-se os setores de transporte marítimo, construção naval, armazenagem, seguros, crédito e serviços bancários. Em 1774, o açúcar bruto representava um quinto de todas as importações britânicas. Entre 1700 e 1800, as importações de açúcar da Grã-Bretanha aumentaram sete vezes. A riqueza acumulada com o açúcar não permaneceu em plantações distantes no Caribe. Ela financiou a expansão comercial e industrial britânica. Uma estimativa sugere que, em 1770, cerca de 40% do capital usado para essa expansão derivava dos lucros do comércio de pessoas escravizadas. Os investimentos nas colônias podiam ser de quatro a sete vezes mais lucrativos do que os investimentos na Inglaterra. Em outras palavras, as colônias forneceram o capital inicial que tornou possível a Revolução Industrial nos centros imperiais.



Lasar Segall (Brasil), *Banana*, 1927.

A política colonial britânica de preferências imperiais assegurava que as colônias fornecessem matérias-primas, enquanto a manufatura permanecia no centro imperial. O açúcar bruto atravessava o Atlântico para ser

refinado na Grã-Bretanha, onde as maiores margens de lucro eram mantidas. As tarifas protegiam as refinarias britânicas, ao mesmo tempo que desencorajavam o refino no Caribe e protegiam as refinarias britânicas e as plantações caribenhas da concorrência do açúcar indiano. O colonialismo não se limitou a extrair riqueza das colônias; reorganizou economias inteiras, de modo que a capacidade produtiva das colônias permanecesse subordinada à da potência colonizadora muito tempo depois do fim formal do domínio colonial. Foi a isso que o primeiro presidente de Gana, Kwame Nkrumah, chamou de neocolonialismo.

Prabir, sentado na Prisão Central de Rohini, descreveu o circuito do capital não como um simples triângulo atlântico, mas como um sistema planetário de pilhagem que ligava a Índia, a África, as Américas e a Europa. Comerciantes europeus enviavam tecidos indianos para a África Ocidental e os trocavam por pessoas escravizadas. O salitre de Bengala, essencial para a fabricação de pólvora, ajudava a armar esse comércio macabro. Após a conquista britânica de Bengala em 1757, os impostos sobre a terra, extraídos dos camponeses indianos, financiaram essas exportações. O Triângulo Atlântico, portanto, fazia parte de uma geometria muito maior de pilhagem que se estendia por todo o planeta. A máquina a vapor de James Watt está manchada com o sangue de trabalhadores africanos escravizados em plantações e de camponeses indianos famintos.



Débora Arango (Colômbia), *Plebiscito*, 1958.

Jamais saberemos se algum capitalismo imaginário poderia ter existido em um mundo sem colonialismo. A história não se desenrola em mundos imaginários. O capitalismo que de fato existe é **inseparável** da

expropriação colonial. O capitalismo não surgiu primeiro apenas no interior da Inglaterra para depois se espalhar pacificamente pelo mundo. Sua história deve ser situada simultaneamente no interior da Inglaterra, na plantação caribenha, na mina de prata de Potosí, no centro de detenção de africanos, no escritório de receita indiano, no porão do navio que transportava pessoas escravizadas e na refinaria europeia.

Essa história também nos impede de tratar o que Karl Marx chamou de “acumulação originária” (*ursprüngliche Akkumulation*) como um episódio concluído. Seus métodos permanecem: a tomada de terras, a subordinação das economias à monocultura, os regimes de dívida, as trocas desiguais, a subvalorização do trabalho no Sul e a transferência de riqueza para sistemas financeiros controlados pelo Norte. As formas mudaram, mas a expropriação continua.



Che Lovelace (Trinidad), *Dança de rua*, 2016-2022.

Se essas histórias de exploração forem levadas a sério, a demanda por reparações coloniais não poderá ser descartada como um mero apelo moral ou uma reivindicação retrógrada. As reparações devem ser entendidas

como uma necessidade material e política: não apenas um acerto de contas com crimes passados, mas um confronto com as estruturas de acumulação em curso, construídas por meio da expropriação colonial e que continuam reproduzindo a desigualdade global no presente.

Essa é a tese do recente livro de Kwesi Pratt Jr., *Reparations: History, Struggle, Politics, and Law* (Reparações: História, Luta, Política e Direito), que será lançado em uma nova edição sul-africana pela editora Inkani Books. A edição conta com um prefácio do presidente de Gana, John Dramani Mahama, e um posfácio da professora Verene Shepherd. As reparações – seja por meio do cancelamento de dívidas, da restituição de recursos roubados, da transferência de tecnologia ou da reconstrução das capacidades públicas destruídas pelo colonialismo e pelo ajuste estrutural – são um antídoto essencial para a longa história de pilhagem que estabeleceu o capitalismo moderno.



Canute Caliste (Granada), Grande dança de tambores em *Carriacou*, 1988.

Esta nunca foi apenas uma história de exploração. O sistema de plantações sempre foi contestado em todas as suas etapas. Os escravizados fugiam, sabotavam a produção, preservavam práticas culturais proibidas, formavam comunidades quilombolas, organizavam rebeliões e, por fim, rompiam com a aparente permanência da escravidão. A Revolução Haitiana, que culminou na independência em 1804, permanece a maior declaração dessa verdade: mesmo a mais sofisticada máquina de opressão pode ser derrotada pelos oprimidos.

Em 1935, o poeta marxista haitiano Jacques Roumain (1907-1944), indignado com a constante tentativa de sufocar seu país, escreveu “Guiné”. Esse poema, traduzido para o inglês por Langston Hughes, amigo de Roumain, é uma poderosa evocação das origens africanas do Haiti e de sua luta contínua por dignidade:

É a longa estrada para a Guiné
onde a morte te leva.
Aqui estão os galhos, as árvores, a floresta.
Escute o som do vento em seus longos cabelos
da noite eterna.

É a longa estrada para a Guiné
onde seus pais te esperam sem impaciência.
Ao longo do caminho, eles conversam.
Eles esperam.
Esta é a hora em que os riachos chacoalham
como contas de osso.

É a longa estrada para a Guiné.
Nenhuma calorosa recepção te aguarda
na terra escura dos homens escuros:

Sob um céu esfumaçado, perfurado pelo grito dos pássaros
ao redor da curva do rio
os cílios das árvores se abrem para a luz que se esvai.
Ali, ali te espera junto à água, uma aldeia tranquila,
e a cabana de seus pais, e a dura pedra ancestral
onde sua cabeça finalmente repousará.

Cordialmente,

Vijay